

---

***Belo Monte  
Transmissora de  
Energia SPE S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021  
e relatório do auditor independente***

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

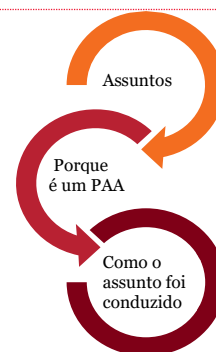
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



#### Porque é um PAA

##### Mensuração do ativo de contrato da linha de transmissão (Nota 5.9 e 11)

O ativo de contrato da linha de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão da linha de transmissão de energia elétrica.



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

---

### **Porque é um PAA**

infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da Diretoria sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação da margem de lucro esperada em relação às obrigações de performance e a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da diretoria sobre a mensuração do valor presente com base no fluxo de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Efetuamos a leitura do contrato de concessão e aditivo e discutimos com a diretoria os principais aspectos, dentre eles os componentes variáveis do preço do contrato.

Com o suporte da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos, testamos a consistência da Receita Anual Permitida ("RAP") constante no contrato de transmissão e a determinação das premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros do respectivo contrato, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Diretoria são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

---

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

---

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

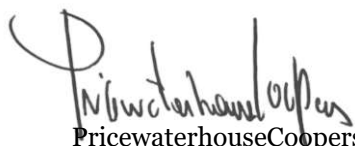
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022

  
 PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:  
  
 E63126604DEE407...  
 Guilherme Naves Valle  
 Contador CRC 1MG070614/O-5

# Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	43.086.219	45.181.590	Fornecedores		3.565.278	4.746.784
Títulos e valores mobiliários	8	185.853.174	127.557.220	Salários e encargos sociais		8.411.449	7.925.114
Concessionárias e permissonárias	10	70.346.501	67.606.051	Impostos a recolher	12	6.565.202	7.469.832
Impostos a recuperar	9	4.106.481	1.345.903	Empréstimos e financiamentos	13	356.759.408	332.781.874
Ativo contratual	11	740.680.261	701.867.015	Encargos setoriais		10.861.337	10.999.031
Despesas antecipadas		2.215.715	267.065	Debêntures	14	82.527.645	66.730.339
Almoxarifado		19.651.387	16.319.233	Dividendos a pagar		77.477.506	69.891.029
Outras		7.173.677	3.353.164	Total do passivo circulante		546.167.825	500.544.003
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.073.113.415</b>	<b>963.497.241</b>	Empréstimos e financiamentos	13	2.066.724.548	2.226.223.079
				Debêntures	14	609.934.956	575.706.216
				Provisão para contingências	15	8.337.896	7.559.234
				Impostos diferidos	17	1.413.561.020	1.237.720.704
				Total do passivo não circulante		4.098.558.420	4.047.209.232
				Total do passivo		4.644.726.245	4.547.753.235
Ativo contratual	11	7.285.351.872	7.056.547.766	<b>Patrimônio líquido</b>			
Depósitos vinculados	8	137.108.180	124.928.955	Capital social	18	3.011.000.000	3.011.000.000
Depósitos judiciais		9.753.304	9.681.100	Reserva legal		57.210.496	40.899.442
Imobilizado		5.621.911	6.319.245	Reserva de retenção de lucros		798.964.256	562.063.254
Intangível		952.315	741.624	Total do patrimônio líquido		3.867.174.752	3.613.962.696
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>7.438.787.583</b>	<b>7.198.218.690</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>8.511.900.997</b>	<b>8.161.715.931</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>8.511.900.997</b>	<b>8.161.715.931</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em reais)**

		31/12/2021	31/12/2020
	Nota		
<b>Receita operacional líquida</b>	19	<u>896.974.497</u>	<u>833.618.934</u>
Custo de operação	20	(82.718.669)	(84.733.146)
<b>Lucro bruto</b>		<u>814.255.828</u>	<u>748.885.789</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(15.660.276)	(14.668.639)
<b>Resultado operacional</b>		<u>798.595.552</u>	<u>734.217.149</u>
<b>Receitas financeiras</b>		15.999.577	6.968.286
<b>Despesas financeiras</b>		(324.402.774)	(292.804.917)
<b>Resultado financeiro</b>	22	<u>(308.403.198)</u>	<u>(285.836.631)</u>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<u>490.192.355</u>	<u>448.380.518</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(12.998.555)	(12.673.018)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(150.972.722)</u>	<u>(141.429.484)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>326.221.078</u></u>	<u><u>294.278.017</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em reais)**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	326.221.078	294.278.017
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>326.221.078</b></u>	<u><b>294.278.017</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro

(Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.011.000.000</b>	<b>26.185.541</b>	<b>354.323.142</b>		<b>3.391.508.683</b>
Reserva Sudam	-	-	(1.932.975)	-	(1.932.975)
Reserva Legal	-	14.713.901	-	(14.713.901)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(69.891.029)	(69.891.029)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	294.278.017	294.278.017
Dividendos adicionais propostos	-	-	209.673.087	(209.673.087)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.011.000.000</b>	<b>40.899.442</b>	<b>562.063.254</b>	<b>-</b>	<b>3.613.962.696</b>
Reserva Sudam	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	4.468.484	-	4.468.484
Reserva Legal	-	16.311.054	-	326.221.078	326.221.078
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(16.311.054)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	232.432.518	(77.477.506)	(77.477.506)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.011.000.000</b>	<b>57.210.496</b>	<b>798.964.256</b>	<b>-</b>	<b>3.867.174.752</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A**  
*Demonstrações financeiras*  
em 31 de dezembro de 2021

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	<u><b>326.221.078</b></u>	<u><b>294.278.017</b></u>
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	805.950	467.608
Perdas do ativo imobilizado	-	475.574
Remuneração sobre o ativo contratual <sup>1</sup>	(927.215.946)	(859.946.277)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	148.074	482.013
Juros BNDES/CEF e debêntures e amortização dos custos	322.739.676	291.772.879
Provisão para contingências	778.662	(2.012.496)
Impostos diferidos	175.791.635	165.680.788
Outros	367.118	2.345.574
<b>Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais</b>		
Impostos a recuperar	(2.760.578)	920.885
Adiantamentos	(3.668.149)	(930.038)
Outros ativos	(152.364)	(848.040)
Despesas antecipadas	(1.948.650)	1.623.851
Concessionárias e permissionárias	(2.888.524)	(12.292.582)
Ativo contratual	659.598.594	597.770.015
Almoxarifado	(3.332.154)	(199.877)
Depósitos judiciais	(72.204)	33.878
Fornecedores	(1.181.506)	(784.115)
Salários e encargos	119.217	(2.367.330)
Obrigações fiscais	15.282.521	10.380.976
Encargos setoriais	(137.694)	3.538.110
Impostos diferido	48.681	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u><b>558.543.437</b></u>	<u><b>490.389.413</b></u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.718.666)	(10.825.599)
Pagamento juros debêntures	(49.297.702)	(45.919.617)
Pagamento juros empréstimos	(198.054.740)	(212.584.245)
<b>Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<u><b>299.472.329</b></u>	<u><b>221.059.952</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	(58.295.954)	(10.783.133)
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(319.307)	(3.956.660)
Depósitos vinculados	(12.179.225)	(4.252.130)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<u><b>(70.794.486)</b></u>	<u><b>(18.991.923)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.992.974	2.939.630
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(141.409.415)	(130.041.530)
Pagamento de debêntures	(21.465.744)	(9.898.705)
Pagamento de dividendos	(69.891.029)	(56.366.869)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<u><b>(230.773.214)</b></u>	<u><b>(193.367.474)</b></u>
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(2.095.371)</b></u>	<u><b>8.700.555</b></u>
No início do exercício	45.181.590	36.481.035
No fim do exercício	<u>43.086.219</u>	<u>45.181.590</u>
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(2.095.371)</b></u>	<u><b>8.700.555</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<sup>1</sup> Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou a reclassificação na demonstração do fluxo de caixa dos valores referentes às receita de O&M como ajuste do lucro para variação patrimonial do ativo contratual, não alterando o resultado da atividade operacional.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Sociedade" ou "BMTE") sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 801 - 9º Andar - Centro - RJ e foi constituída em 20 de março de 2014. A Sociedade foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. ("State Grid"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") nº 011/2013 ("Leilão").

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2022.

#### **1.1 Da concessão**

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") ("Projeto").

O Projeto previa a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão ("UAT") de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais.

A Resolução Autorizativa nº 6.262 de 28 de março de 2017 autorizou a Sociedade a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, revogando a Resolução Autorizativa nº 5.948, de 12 de julho de 2016, que transferia a titularidade do reforço de barramento da Subestação ("SE") de Xingu à Sociedade e encontrava-se suspensa por medida judicial.

A Resolução Autorizativa nº 6.006 de 23 de agosto de 2016 que transfere a titularidade da SE Estreito à Sociedade encontra-se aprovada. Em 29 de setembro de 2016, foi recebido pela Sociedade, o mandado de segurança nº 1007433-96.2016.4.01.3400, o qual requeria a suspensão da Resolução Autorizativa nº 6.006, cuja liminar para suspensão não foi deferida, visto que o juízo aguardava ouvir ao Ministério Público federal ("MPF"). Em 20 setembro de 2016 o juízo decidiu por postergar a análise do pedido liminar para depois da apresentação das informações e do parecer do MPF, sendo assim, até a apresentação dessas demonstrações financeiras a titularidade da SE Estreito permanece à Sociedade.

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018.

O Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão. Com a entrada em operação comercial, a Sociedade recebeu a sua primeira RAP em dezembro de 2017.

A Receita Anual Permitida ("RAP") estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/21, estabeleceu em R\$ 680.301.739 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2021 a junho de 2022.

## **1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)**

A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar, a partir de 2 de outubro de 2014, no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às autoridades governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 7 de outubro de 2014.

## **1.3 Sudam**

O incentivo fiscal consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis devidos calculados sobre o lucro da exploração. A Sociedade obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano-calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018.

## **1.4 Questões ambientais**

A viabilidade ambiental do projeto foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA,"), por meio da Licença Prévia nº 506/2015, de 20 de maio de 2015. Em 05 de outubro de 2015, por meio da Licença de Instalação nº 1080/2015, foi autorizado à Sociedade implantar as estações conversoras e canteiros principais. A licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, foi liberada em janeiro de 2016 pelo IBAMA. Em 17 de novembro de 2016, por meio da Licença de Instalação nº 1136/2016, foi autorizado à Sociedade implantar as linhas de eletrodo nas subestações. Em 04 de dezembro de 2017, por meio da Licença de Operação nº 1414/2017, foi autorizado à Sociedade entrada em operação. A Sociedade monitora o atendimento de todas as condicionantes do licenciamento, mantendo assim, perante o órgão licenciador e demais intervenientes, a conformidade legal do

empreendimento.

## **1.5 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19**

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Sociedade definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

A Sociedade não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras ou incertezas significativas.

## **2 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

### **2.1 Classificação circulante e não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realiza-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realiza-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalente caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivo são classificados no não circulante.

### **2.2 Julgamentos, estimativas, e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### **Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

#### **Momento de reconhecimento do ativo de contrato**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

#### **Determinação da taxa de desconto do ativo de contrato**

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

#### **Determinação das receitas de infraestrutura**

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos possuem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

#### **Determinação das receitas de operação e manutenção**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### **5 Principais políticas contábeis**

A Sociedade aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

## **5.1 Caixa e equivalente de caixa**

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento entre três meses ou menos, a contar da data de contratação.

## **5.2 Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo monetário, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

## **5.3 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando considerados necessárias pela Administração

## **5.4 Ativo imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estima dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídas na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso

## **5.5 Ativo intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial.

## **5.6 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

## **5.7 Provisão para contingências**

A companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **5.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulante são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulante é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, conclui-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulante é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.



## 5.9 Ativo contratual

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 continuaram sendo elaboradas considerando os conceitos trazidos pelo referido Ofício-Circular.

## **5.10 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos contratual**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro

## **5.11 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

### ***5.11.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### ***5.11.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido***

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera liquidar seus passivos.

## **5.12 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulante

### **5.13 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidades com o regime contábil de competência.

### **5.14 Receita operacional**

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção – Serviços de implementação de infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

## **6 Principais mudanças nas políticas contábeis**

As seguintes alterações de normas estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não trouxeram impactos para as demonstrações financeiras da Sociedade.

- Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 -"Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros"
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2)

"Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022

### **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- . Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
  - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
  - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
  - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

- . Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- . Alteração ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- . Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- . Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

<b>Bancos</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Banco do Brasil	10.989	35.693
Banco Bradesco	24.016	9.383
Caixa Econômica*	39.281.708	42.846.279
Banco Itaú	110	10
Banco Daycoval	-	516
Banco da Amazonia**	3.769.397	2.289.709
<b>Total</b>	<b>43.086.219</b>	<b>45.181.590</b>

\*A Caixa Econômica Federal é o banco centralizador dos recebíveis dos clientes e liquidante dos empréstimos.

\*\* Corresponde a depósito de 30% do valor do IR a pagar referente ao benefício da Sudam acrescido de 50% parte da empresa.

## 8 Títulos e valores mobiliários

<b>Bancos</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Itaú	295.209	19.749
BTG	34.454.933	22.876.962
Safra	36.126.038	19.679.475
Haitong	36.832.957	29.702.803
CCB	7.444.293	17.116.573
Daycoval	41.695.793	38.161.658
Bank of China	5.203.370	-
Banco Paraná	11.924.488	-
Banco BMG	11.876.092	-
<b>Depósitos vinculados</b>		
CEF (a)	137.108.180	124.928.955
<b>Total</b>	<b>322.961.353</b>	<b>252.486.175</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Circulante	185.853.174	127.557.220
Não circulante	137.108.180	124.928.955
<b>Total</b>	<b>322.961.353</b>	<b>252.486.175</b>

Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à taxa de 104% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), todas com possibilidade de resgate no curto prazo e sem alteração significativa de valor e os da CEF refere-se a fundo de investimentos.

- (a) Depósito vinculante referente a bloqueio da RAP referente a condicionante de contrato do BNDES de longo prazo.

## 9 Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo negativo IRPJ	3.167.646	674.775
CSLL a recuperar	390.812	153.340
PIS e COFINS retidos de clientes	239.871	209.636
Outros	308.152	308.152
<b>Total</b>	<b><u>4.106.481</u></b>	<b><u>1.345.904</u></b>

## 10 Concessionárias e permissionárias

Os faturamentos mensais são efetuados conforme avisos de créditos emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	69.465.404	66.035.527
Vencidas até 3 meses	151.366	988.868
Vencidas de 3 a 6 meses	729.730	681.656
<b>Total</b>	<b><u>70.346.501</u></b>	<b><u>67.606.051</u></b>

A Sociedade efetuou provisão dos valores vencidos no montante de 729.730 (31 de dezembro de 2020 – 581.656).

## 11 Ativo contratual

	31/12/2019	Receita de O&M	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2020
Ativo de contrato	7.496.238.521	67.542.488	859.946.277	(665.312.503)	7.758.414.782
				<b><u>31/12/2019</u></b>	<b><u>31/12/2020</u></b>
			Circulante	673.292.624	701.867.015
			Não circulante	6.822.945.897	7.056.547.766
<b>Total</b>	<b><u>7.496.238.521</u></b>			<b><u>7.496.238.521</u></b>	<b><u>7.758.414.781</u></b>

*Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A*  
*Demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2021*

	<u>31/12/2020</u>	<u>Receita de O&amp;M</u>	<u>Receita de remuneração</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo de contrato	7.758.414.782	71.142.503	927.215.946	(730.741.097)	8.026.032.133
				<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>
			Circulante	701.867.015	740.680.261
			Não circulante	7.056.547.766	7.285.351.872
			<b>Total</b>	<u><b>7.758.414.781</b></u>	<u><b>8.026.032.133</b></u>

## 12 Impostos a recolher

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRPJ	-	1.486.026
Contribuição social	214.623	-
PIS	1.066.198	1.008.091
COFINS	4.936.882	4.651.209
INSS retido a recolher	152.656	74.739
ISS	162.714	237.990
Outros	32.130	11.778
<b>Total</b>	<u><b>6.565.202</b></u>	<u><b>7.469.832</b></u>

## 13 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	<u>31/12/2019</u>	<u>Liberação</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Amortização dos juros</u>	<u>Juros</u>	<u>Custos</u>	<u>31/12/2020</u>
BNDES (a)	1.782.864.388	2.939.630	(87.080.993)	(132.534.099)	131.575.023	-	1.697.763.949
CEF	946.678.805	-	(42.960.537)	(80.050.146)	79.498.381	-	903.166.503
(-) custos a amortizar	(45.540.277)	-	-	-	-	3.614.778	(41.925.499)
	<u><b>2.684.002.916</b></u>	<u><b>2.939.630</b></u>	<u><b>(130.041.530)</b></u>	<u><b>(212.584.245)</b></u>	<u><b>211.073.404</b></u>	<u><b>3.614.778</b></u>	<u><b>2.559.004.953</b></u>
						<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>
						211.894.967	332.781.874
						2.472.107.949	2.226.223.079
					<b>Total</b>	<u><b>2.684.002.916</b></u>	<u><b>2.559.004.953</b></u>
Empréstimos e financiamentos	<u>31/12/2020</u>	<u>Liberação</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Amortização dos juros</u>	<u>Juros</u>	<u>Custos</u>	<u>31/12/2021</u>
BNDES (a)	1.697.763.949	1.992.974	(94.408.993)	(123.218.854)	123.414.308	-	1.605.543.384
CEF (b)	903.166.503	-	(47.000.422)	(74.835.886)	74.930.975	-	856.261.170
(-) custos a amortizar	(41.925.499)	-	-	-	-	3.604.901	(38.320.598)
	<u><b>2.559.004.953</b></u>	<u><b>1.992.974</b></u>	<u><b>(141.409.415)</b></u>	<u><b>(198.054.740)</b></u>	<u><b>198.345.283</b></u>	<u><b>3.604.901</b></u>	<u><b>2.423.483.956</b></u>
						<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>
						332.781.874	356.759.408
						2.226.223.079	2.066.724.548
					<b>Total</b>	<u><b>2.559.004.953</b></u>	<u><b>2.423.483.956</b></u>



**Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A**  
Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2021

As características dos empréstimos e financiamentos estão detalhadas abaixo:

Financiadores	Data da contratação	Valor Contratado	Valor Liberado	Vencimento da dívida	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização		
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos	Liquidado
BNDES - Sub "A"(a)	17/03/2017	1.429.986.000	1.429.986.000	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "B" (a)	17/03/2017	31.616.000	15.099.500	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "C" (a)	17/03/2017	210.673.000	201.007.615	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "D" (a)	17/03/2017	12.725.000	6.517.290	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "A" (b)	17/03/2017	748.225.000	748.225.000	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "B" (b)	17/03/2017	16.543.000	7.900.500	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "C" (b)	17/03/2017	110.232.000	105.175.084	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-

(a) O contrato de empréstimo com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas).

Dentre essas cláusulas restritivas, destacam-se:

- Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 25%.
- Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,2, ao longo de todo o prazo de amortização.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Sociedade estava em conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos.

## 14 Debêntures

Debêntures	31/12/2019	Amortização do Principal	Amortização do Juros	Juros	Custos	31/12/2020
2ª Emissão	650.501.222	(9.898.705)	(45.919.617)	74.626.451	-	669.309.351
(-) custos a amortizar	(29.331.042)	-	-	-	2.458.246	(26.872.796)
	<b>621.170.179</b>	<b>(9.898.705)</b>	<b>(45.919.617)</b>	<b>74.626.451</b>	<b>2.458.246</b>	<b>642.436.555</b>
					31/12/2019	31/12/2020
				Circulante	12.957.923	66.730.339
				Não circulante	608.212.256	575.706.216
				<b>Total</b>	<b>621.170.179</b>	<b>642.436.555</b>
Debêntures	31/12/2020	Amortização do Principal	Amortização do Juros	Juros	Custos	31/12/2021
2ª Emissão	669.309.351	(21.465.744)	(49.297.702)	118.337.962	-	716.883.868
(-) custos a amortizar	(26.872.796)	-	-	-	2.451.530	(24.421.266)
	<b>642.436.555</b>	<b>(21.465.744)</b>	<b>(49.297.702)</b>	<b>118.337.962</b>	<b>2.451.530</b>	<b>692.462.601</b>
					31/12/2020	31/12/2021
				Circulante	66.730.339	82.527.645
				Não circulante	575.706.216	609.934.956
				<b>Total</b>	<b>642.436.555</b>	<b>692.462.601</b>

Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da sua 2ª emissão pública. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,13% ao ano, acima do índice de correção IPCA.

Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031.

Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e Caixa Econômica Federal (CEF), o instrumento da 2ª emissão de debêntures também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF, conforme descrito na nota explicativa 13.

Os acionistas foram fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

State Grid	51,0%
Eletronorte	24,5%
Furnas	24,5%

## 15 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e externos a administração identificou causas cujo risco de perda provável para constituição de provisão no montante de R\$ 7.346.298 (R\$ 6.477.948 em 31 de dezembro de 2020) referente a servidões administrativas e de R\$ 991.599 (R\$ 1.081.285 em 31 de dezembro de 2020) referente aos processos trabalhistas da Incomisa, construtora contratada pela Sociedade, dos quais a Sociedade é responsável subsidiária.

Mutação das provisões	31/12/2020	Adições	Baixa	Reversões	Atualização	31/12/2021
Trabalhistas	1.081.285	93.200	-	(182.887)	-	991.598
Cíveis	6.477.948	3.089.340	-	(2.220.990)	-	7.346.298
	<b>7.559.234</b>	<b>3.182.540</b>	<b>-</b>	<b>(2.403.877)</b>	<b>-</b>	<b>8.337.896</b>

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente apresentam os seguintes valores de risco:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Administrativo (a)	229.042.675	185.000.000
Ambiental	4.494.710	4.494.710
Cível (b)	25.530.881	23.223.357
Trabalhista	285.555	472.713
Tributário	1.793.977	1.354.742

- (a) Processo administrativo que trata do cancelamento das TLDs da Sociedade na ANEEL. Encontra-se em fase inicial, aguardando emissão de Nota Técnica pela Superintendência daquele órgão fiscalizador, após apresentação das justificativas e provas documentais em defesa da BMTE.
- (b) Das causas cíveis, o valor de R\$ 17.025.413 trata-se de um único processo minerário em fase inicial referente a um pedido indenizatório da Companhia Buritirama.

Os depósitos judiciais que totalizam R\$ 9.753.304 referem-se a processos fiscais de ICMS, classificados como de perda remota.

## 16 Partes relacionadas

2020

**Ativo**

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID
Contas a receber	1.452.758	1.418.719	-
<b>Total</b>	<b>1.452.758</b>	<b>1.418.719</b>	<b>-</b>

**Passivo**

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID
Dividendos a pagar	17.123.302	17.123.302	35.644.425
Fornecedores	-	-	20.126
<b>Total</b>	<b>17.123.302</b>	<b>17.123.302</b>	<b>35.664.551</b>

**(+) Receitas**

Receita de prestação de serviço	17.256.095	17.780.936	-
<b>Total</b>	<b>17.256.095</b>	<b>17.780.936</b>	<b>-</b>

**(-) Despesas**

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID
Despesa de aluguel	-	-	994.253
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>994.253</b>

2021

**Ativo**

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID
Contas a receber	1.556.202	1.708.527	-
<b>Total</b>	<b>1.556.202</b>	<b>1.708.527</b>	<b>-</b>

**Passivo**

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID
Dividendos a pagar	18.981.989	18.981.989	39.513.528
<b>Total</b>	<b>18.981.989</b>	<b>18.981.989</b>	<b>39.513.528</b>

**(+) Receitas**

Receita de prestação de serviço	17.815.054	18.559.013	-
<b>Total</b>	<b>17.815.054</b>	<b>18.559.013</b>	<b>-</b>

**(-) Despesas**

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID
Despesa de aluguel	-	-	1.167.490
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.167.490</b>

**Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A**  
*Demonstrações financeiras*  
em 31 de dezembro de 2021

A remuneração dos administradores está abaixo relacionada:

	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria	1.020.002	879.144
Conselho de administração	476.054	476.054
Conselho fiscal	190.422	190.422
<b>Total</b>	<b><u>1.686.478</u></b>	<b><u>1.545.629</u></b>

## 17 Impostos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL	690.065.220	572.523.078
PIS e COFINS	723.495.800	665.197.626
<b>Total</b>	<b><u>1.413.561.020</u></b>	<b><u>1.237.720.704</u></b>

Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre diferença temporária do ativo de contrato relacionado à aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito era de R\$ 3.011.000.000, representado por 3.011.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada.

A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
State Grid Brazil Holding S.A.	1.535.610.000	1.535.610.000
Furnas Centrais Elétricas S.A.	737.695.000	737.695.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	737.695.000	737.695.000
<b>Total</b>	<b><u>3.011.000.000</u></b>	<b><u>3.011.000.000</u></b>

### b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

**c. Dividendos**

Em adição a aprovação em Assembleia Geral Ordinária, os dividendos adicionais propostos são condicionados à prévia e expressa anuência dos credores de longo prazo, durante a vigência do financiamento de longo prazo, conforme estatuto social da Sociedade.

**19 Receita operacional líquida**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita financeira contratual	927.215.946	859.946.277
Receita de operação e manutenção	71.142.503	67.542.488
Tributos sobre receita	(92.531.641)	(85.915.578)
Encargos setoriais	(10.182.256)	(9.270.342)
Receita de CCI	1.329.946	1.316.089
<b>Total</b>	<b><u>896.974.497</u></b>	<b><u>833.618.934</u></b>

**20 Custo de operação**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo de construção (a)	(21.357.919)	(34.313.905)
Pessoal	(33.423.718)	(29.345.582)
Serviços de terceiros	(16.012.092)	(10.555.121)
Materiais	(4.944.415)	(3.412.379)
Arrendamentos e aluguéis	(1.899.877)	(2.616.928)
Seguros	(2.323.864)	(1.999.376)
Provisões	(926.737)	1.530.483
Tributos	(1.830.046)	(4.020.336)
<b>Total</b>	<b><u>(82.718.669)</u></b>	<b><u>(84.733.146)</u></b>

(a) Custo refere-se a servidão, troca de postes de linha de eletrodo e parcela Siemens.

## 21 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesa de pessoal	(6.784.031)	(5.801.306)
Serviços de terceiros	(3.165.843)	(2.481.427)
Materiais	(301.235)	(30.718)
Arrendamentos e aluguéis	(924.426)	(1.213.688)
Seguros	(92.392)	(81.248)
Tributos	(134.704)	(113.577)
Depreciação	(805.951)	(467.608)
Doações	(3.462.989)	(4.084.239)
Outros	11.293	(394.828)
<b>Total</b>	<b><u>(15.660.277)</u></b>	<b><u>(14.668.639)</u></b>

## 22 Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Receita financeira</b>		
Receita sobre aplicação financeira	13.779.929	7.008.430
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(780.263)	(340.045)
Outras receitas financeiras	2.999.910	299.901
<b>Total</b>	<b><u>15.999.577</u></b>	<b><u>6.968.287</u></b>
<b>Despesa financeira</b>		
Juros – debêntures	(118.337.962)	(74.626.451)
Juros – empréstimos	(198.345.283)	(211.073.404)
Custo dívida nacional	(6.056.431)	(6.073.024)
Outras despesas financeiras	(1.663.098)	(1.032.039)
<b>Total</b>	<b><u>(324.402.774)</u></b>	<b><u>(292.804.917)</u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>(308.403.196)</u></b>	<b><u>(285.836.631)</u></b>

## 23 Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	490.192.355	448.380.518
Base Negativa/Prejuízo fiscal não reconhecidos	16.414.985	15.582.894
Despesa calculada a alíquota de 34%	(161.084.306)	(147.151.192)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Indisponibilidade	-	(1.154.062)
Provisão de Bônus	(1.416.521)	(1.601.288)
Doações	(1.177.416)	(1.388.641)
Ressarcimento	-	(3.633.311)
Outros	(293.034)	(673.853)
Benefício SUDAM	4.468.486	1.505.974
Adições permanentes		
Despesa de IR/CS	(159.502.791)	(154.096.373)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (corrente)</b>	12.998.555	12.673.018
<b>Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (diferido)</b>	150.972.722	141.429.484
Alíquota efetiva (corrente)	33%	34%

## 24 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

### 24.1 Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas.

#### *a. Riscos de mercado*

A utilização de instrumento financeiro derivativos da Sociedade visa proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, especialmente no que diz respeito às flutuações das taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não manteve no encerramento em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 contratos de derivativos. A gestão desse risco tem como objetivo acompanhar, e avaliar periodicamente a exposição da Sociedade, propondo estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com outros parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica investimentos de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

**b. Riscos ambientais**

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

**c. Riscos de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso exista.

**d. Riscos de crédito**

O risco de crédito é caracterizado pela possibilidade da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeira falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeira.

A sociedade adota a política de monitoramento constante de seus clientes e constitui provisão para perda de crédito esperada para os recebíveis não liquidados num período de 90 dias e o montante realizado no período de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 729.730 ( R\$ 581.656 em 31 de dezembro de 2020).

## **25 Compromissos**

A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de € 629.730. Esses



contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

<b>Contratado</b>	<b>Objeto</b>	<b>Data</b>
Siemens AG	Subestações conversora - HVDC	11/02/2015

<b>Cronograma de vencimentos:</b>	<b>Em €</b>
2022	<u>629.730</u>

## 26 Cobertura de seguros (não auditado)

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

O resumo das apólices vigentes encontra-se abaixo relacionadas:

<b>Seguradora</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor em Risco</b>
Fairfax Brasil Seguros Corporativos	Riscos Operacionais	08/12/2022	861.904.306
HDI Global Seguros S.A.	Responsabilidade Civil Geral	11/12/2022	10.000.000
Sura Seguros	Auto Frota	11/12/2022	9.017.406
Chubb Seguros Brasil	D&O	11/12/2022	30.000.000
Sompo Seguros	Compreensivo Emrpesarial	08/12/2022	2.800.000
Berkley International do Brasil	RD- Equipamentos	08/12/2022	783.722
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	04/12/2023	10.494.276
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	28/02/2022	418.817
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	27/02/2022	2.067.459

### 26.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriada para cada situação.

*Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A*  
*Demonstrações financeiras*  
*em 31 de dezembro de 2021*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>31/12/2021</b>		<b>31/12/2020</b>	
	<b>Custo amortizado</b>	<b>A valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	43.086.219		43.086.219	45.181.590
Títulos e valores mobiliários	185.853.174		185.853.174	127.557.220
Concessionárias e permissionárias	70.346.481		70.346.481	67.606.051
Depósitos vinculados		137.108.180	137.108.180	124.928.955
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	3.565.278		3.565.278	4.746.784
Empréstimos e financiamentos	2.423.483.956		2.423.483.956	2.559.004.953
Debêntures	692.462.601		692.462.601	642.436.555

\* \* \*

Chang Zhongjiao  
 Diretor Presidente / Financeiro

José Flavio Serafim Penna  
 Diretor Técnico / Meio Ambiente

Simone Cortez Gomes Novello  
 Contadora  
 CRC-RJ 095172/O-2